

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.386 - MG (2019/0045656-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JEFERSON DIAS DOS REIS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : STELLA MARIS MOTA GROSSI - MG057356

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JEFERSON DIAS DOS REIS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.18.114037-7/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 21/9/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, *caput*, do Código Penal (roubo). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado, *in verbis*:

HABEAS CORPUS - CRIME DE ROUBO - PRISÃO PREVENTIVA - NECESSIDADE - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. Presentes os motivos da preventiva, consubstanciados na garantia da ordem pública, impõe-se a manutenção da restrição da liberdade do paciente, mormente diante do modus operandi na prática delitiva, praticado com violência, grave ameaça e em concurso de pessoas (fl. 50).

No presente recurso, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Aponta que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Invoca o princípio da presunção de inocência.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e assevera ser suficiente, no caso concreto, a aplicação de medida alternativa ao cárcere insculpida no art. 319 do CPP.

Pondera que a manutenção da custódia cautelar seria

desproporcionalmente severa, à luz dos enunciados da Súmula 440 do Superior Tribunal de Justiça e das Súmulas 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva para que o recorrente aguarde em liberdade o trânsito em julgado de eventual condenação.

É o relatório.

Decido.

A impetração está prejudicada.

Isso porque, em consulta ao andamento processual no sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, na Ação Penal n. 0278064-29.2018.813.0145, de que aqui se cuida, em 22/1/2019, foi proferida decisão concedendo liberdade provisória a ora recorrente, com expedição de alvará de soltura no mesmo dia.

Dessa forma, inegável a perda superveniente do objeto do recurso.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator